

CADERNO DE QUESTÕES

SELEÇÃO PARA CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE SAÚDE

09 de fevereiro de 2020

Nº INSCRIÇÃO: _____

Nº SALA: _____

CARGO 1



SECRETÁRIO EXECUTIVO

DA PROVA



- Este Caderno de Prova contém 40 (quarenta) questões objetivas e você receberá do Fiscal de sala o cartão-resposta para transcrição das respostas das questões.
- Antes de iniciar, verifique se o Caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas, e se os seus dados estão corretos no cartão-resposta. Caso contrário, avise **imediatamente** ao Fiscal de sala. Qualquer reclamação deverá ser feita nos primeiros 15 (quinze) minutos após o início da prova.

DO TEMPO



- A prova tem duração de **3 (três) horas**.
- O Participante poderá retirar-se da sala, definitiva ou temporariamente, 01 (uma) hora após o início da prova, sem levar o gabarito.
- A anotação do gabarito individual da Prova Objetiva somente será permitida aos Participantes que permanecerem na sala faltando 01 (uma) hora do tempo total de duração da prova, sob pena de eliminação do certame.

INFORMAÇÕES GERAIS



- Deixe sobre a carteira **APENAS caneta transparente de cor azul ou preta e documento de identidade original com foto**. Os demais pertences devem ser colocados embaixo da carteira em saco entregue para tal fim. **Os celulares devem ser desligados** antes de guardados.
- Anote o seu **número de inscrição** e o **número de sala** na capa deste Caderno de Prova.
- Reserve os 30 minutos finais para marcar seu cartão-resposta. Não rasure o cartão-resposta.
- Quando terminar a prova, acene para chamar o Fiscal de sala e entregue este Caderno de Prova e o cartão-resposta devidamente assinado.
- Após entregar a prova, o Participante **não** poderá permanecer nas dependências da ESP/CE.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 01. Estabelece as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública, a serem implementadas de forma regionalizada. Lei quadrienal com vigência a partir do segundo ano do mandato do Executivo até o final do primeiro ano do mandato seguinte. A descrição corresponde a qual Lei do planejamento governamental?

- A) Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- B) Plano Plurianual (PPA).
- C) Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- D) Orçamento Anual (LOA).

QUESTÃO 02. Um grupo de gestores responsável por um Consórcio Público de Saúde está discutindo o processo de reorganização da Rede de Atenção à Saúde (RAS) na região consorciada. Um dos participantes ressaltou que tal processo deve ser baseado no Artigo 198 da Constituição Federal. Tomando como base este Artigo, assinale dentre as alternativas abaixo qual a que apresenta duas características desta RAS.

- A) Centralizada e baseada em Consórcio.
- B) Hierarquizada e centralizada.
- C) Integrada e baseada em Consórcio.
- D) Regionalizada e hierarquizada.

QUESTÃO 03. As unidades geridas por consórcio se constituem pontos de atenção das Redes de Atenção à Saúde (RAS). As RAS são sistemas integrados caracterizados por:

- A) Estratificação dos riscos, voltados para os determinantes sociais e sobre as condições de saúde estabelecidas, com foco nas condições agudas.
- B) Estratificação dos riscos, voltados para os determinantes sociais da saúde intermediários e proximais e sobre as condições de saúde estabelecidas.
- C) Classificação de risco e vulnerabilidade social, com foco nas condições agudas, e voltado para os determinantes sociais da saúde.
- D) Classificação e avaliação de risco, voltados para os determinantes sociais da saúde

intermediários e proximais e sobre as condições de saúde.

QUESTÃO 04. O coordenador do processo do planejamento de um Consórcio Público de Saúde do Estado do Ceará reforçou a necessidade de alinhamento deste processo com o Plano Plurianual (PPA) 2016 - 2019, do governo do Estado. Dentre as opções abaixo, assinale as premissas deste instrumento de planejamento governamental.

- A) Eixos Governamentais de Atuação Intersectorial; Temas Estratégicos; Programas de Governo e Participação Cidadã.
- B) Participação Cidadã; Metas de Médio Alcance; Plataforma de Desenvolvimento de Longo Prazo e Indicadores Confiáveis.
- C) Negociação de Prioridades para o Desenvolvimento Sustentável; Economia Competitiva; Meio Ambiente Preservado e Plataforma de Desenvolvimento de Longo Prazo.
- D) Gestão Pública por Resultados; Participação Cidadã; Promoção do Desenvolvimento Territorial e Intersectorialidade.

QUESTÃO 05. A Diretoria Executiva de um Consórcio Público de Saúde está sendo formada de acordo com o Decreto nº 33.413 de 20 de dezembro de 2019, do governo do Estado do Ceará. Marque a opção que apresenta a composição desta Diretoria.

- A) 01 (um) secretário-executivo, 01 (um) diretor financeiro e 01 (um) diretor geral.
- B) 01 (um) secretário-executivo, 01 (um) diretor administrativo-financeiro e 01 (um) procurador jurídico.
- C) 01 (um) secretário-executivo, 01 (um) diretor administrativo-financeiro, 01 (um) assessor de planejamento.
- D) 01 (um) secretário-executivo, 01 (um) assessor de planejamento, 01 (um) procurador jurídico.

QUESTÃO 06. O Consórcio Público de Saúde no Estado do Ceará deverá contar com uma comissão de acompanhamento interno e externo. De acordo com o Decreto nº 33.413, de 20 de dezembro de 2019, como deverá ser formada a comissão de acompanhamento interno?

A) Pelo Superintendente Regional de Saúde, e contará com o apoio técnico do Diretor Administrativo-Financeiro.

B) Pelo Superintendente Regional de Saúde e contará com o apoio técnico do Secretário Executivo do Consórcio.

C) Pelo Diretor-Geral e o Responsável Técnico da unidade e contará com o apoio técnico das Superintendências Regionais de Saúde.

D) Pelo Diretor Geral e o Superintendente Regional de Saúde e contará com o apoio técnico dos Diretores das Unidades consorciadas.

QUESTÃO 07. A Lei de nº 13.822 de 03 de maio de 2019 determina que o consórcio público observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal. Em obediência à referida Lei, como será regido o pessoal que atuará no Consórcio Público de Saúde?

A) Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

B) Leis de regime estatutário.

C) Leis jurídico-administrativas locais.

D) Leis do regime jurídico único.

QUESTÃO 08. O gestor do Consórcio Público de Saúde deverá pautar suas decisões nos princípios da Administração Pública determinados pelo art. 37 da Constituição Federal Brasileira de 1988. Marque a alternativa que apresenta esses princípios.

A) Moralidade, Legalidade, Publicidade, Eficiência e Eficácia.

B) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

C) Eficácia, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade e Ética.

D) Impessoalidade, Publicidade, Ética, Eficiência e Justiça.

QUESTÃO 09. Um Consórcio Público de Saúde vem utilizando novas tecnologias para tornar os processos de trabalho mais eficientes, resolver problemas de saúde e melhorar a qualidade de vida da população. Um dos gestores propôs que essas tecnologias fossem avaliadas. Dentre as

opções abaixo assinale a que melhor define a Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS), segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS):

A) Análise econômica e técnica que, associada aos dados de prevalência, incidência, morbidade e mortalidade, auxilia na mensuração do impacto para a sociedade, decorrente de um conjunto de agravos, com o objetivo de prevenir a adoção de tecnologias de valor questionável ao sistema de saúde.

B) Metodologia de síntese em que é feita uma análise comparativa do uso de diferentes tecnologias em saúde, tanto em termos de custos como de consequências, para incentivar a adoção de tecnologias custo-efetivas e influenciar diretamente os processos de trabalho em saúde, e melhoria da qualidade vida da população.

C) Análise multidisciplinar, técnica e política, que estuda as implicações clínicas, sociais e econômicas do desenvolvimento, difusão e uso de tecnologias em saúde, com o objetivo de influenciar diretamente os processos de trabalho em saúde, e melhoria da qualidade vida da população.

D) Avaliação sistemática das propriedades, efeitos e/ou impactos da tecnologia em saúde, tendo como principal objetivo gerar informação para a tomada de decisão, incentivar a adoção de tecnologias custo-efetivas e prevenir a adoção de tecnologias de valor questionável ao sistema de saúde.

QUESTÃO 10. De acordo com o Decreto nº 33.413, de 20 de dezembro de 2019, do Governo do Estado do Ceará, para a contratualização em 2020, a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará utilizará como referência para a elaboração da minuta do Contrato de Programa a matriz de indicadores, incluindo os epidemiológicos. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que apresenta a definição CORRETA de um dos principais indicadores epidemiológicos:

A) A prevalência é a medida parcial da ocorrência de um agravo em indivíduos ou em populações de risco que se tornaram doentes num certo intervalo de tempo, em uma região determinada.

B) A incidência é uma medida de frequência do número de casos novos de uma doença, originados de uma população em risco de sofrê-la, durante um período de tempo determinado.

C) Os indicadores de morbidade medem a ocorrência de problemas crônicos de saúde específicos como hipertensão arterial, infecções, cânceres, entre outros, em uma região determinada.

D) Os indicadores de mortalidade geral ou por causas específicas são os obtidos pela relação entre o número de mortos em uma população e o total de casos de uma doença ocorrida em uma determinada região.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 11. Um Consórcio Público de Saúde utilizará o pregão como modalidade de licitação destinada à aquisição de bens ou serviços comuns. Marque a alternativa que apresenta uma característica do pregão.

- A) A exigência de garantia de proposta.
- B) Sua utilização depende do valor estimado de contratação.
- C) Na forma eletrônica se aplica à contratação de obras.
- D) A caracterização do objeto licitado mediante documento chamado “termo de referência”.

QUESTÃO 12. Uma obra que estava sendo executada por um Consórcio Público de Saúde teve seu prazo de conclusão retardado. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, marque a opção CORRETA em relação ao retardamento da obra.

- A) É permitido, inclusive por motivo de ordem técnica e existência de previsão orçamentária para sua execução total, desde que comunicado à autoridade superior.
- B) É proibido, mesmo com insuficiência financeira ou motivo de ordem técnica comprovado e justificados em despacho circunstanciado da autoridade.

C) É proibido, se existente previsão orçamentária para sua execução total, salvo insuficiência financeira ou comprovado motivo de ordem técnica.

D) Fica condicionado à discricionariedade do gestor do contrato, desde que comunicado à autoridade superior.

QUESTÃO 13. O modelo de Gestão para Resultados proposto pelo Governo do Estado do Ceará (GpR-CE) foi adotado por um Consórcio Público de Saúde, seguindo seus princípios norteadores estabelecidos pelo Decreto Nº 32.216, de 08 de maio de 2017. Marque a alternativa que apresenta um dos princípios da GpR-CE.

- A) Formulação da Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo do Estado
- B) Visão estratégica e escolha de prioridades
- C) Governança pública integrada, convergente e colaborativa
- D) Formulação das Agendas Estratégicas Setoriais

QUESTÃO 14. A equipe gestora de um Consórcio Público de Saúde pretende utilizar os princípios da Gestão para Resultados (GpR), de acordo com o modelo da GpR-CE. Neste modelo, os princípios são postos em prática por meio de quatro dimensões que constituem o referencial conceitual, utilizado para sua concepção e operacionalização. Marque a opção que apresenta essas dimensões.

- A) Controle social; Foco em público-alvo claro e inequívoco; Flexibilidade administrativa; Orientação para resultados
- B) Visão estratégica e escolha de prioridades; Monitoramento e avaliação sistemáticos; Gestão e desenvolvimento de pessoas; Governança orientada para resultados
- C) Foco em público-alvo claro e inequívoco; Orientação para Resultados, numa perspectiva de Longo Prazo; Controle Social; Valorização e Comprometimento Profissional com Resultados
- D) Planejamento de Projetos de Investimento; Estruturação da Carteira de Serviços; Formulação do Plano Plurianual; Governança orientada para resultados.

QUESTÃO 15. Um Diretor Administrativo-Financeiro está em dúvida sobre qual a personalidade jurídica dos Consórcios na área de Saúde no Estado do Ceará.

De acordo com a Lei Federal nº 11.107, de 06/04/2005, e no Decreto Federal nº 6.017, de 17/01/2007, que tipo de personalidade jurídica poderá adquirir esses consórcios de saúde para desenvolver suas ações?

- A) De direito público, por constituir-se em associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções.
- B) De direito público, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.
- C) De direito público ou filantrópico, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções.
- D) De direito público ou privado desde que atenda requisitos da legislação civil.

QUESTÃO 16. O Consórcio Público de Saúde no Estado do Ceará deverá contar com uma comissão de acompanhamento interno e externo, de acordo o Decreto nº 33.413, de 20 de dezembro de 2019. A comissão de acompanhamento externo será formada pelo:

- A) Superintendente Regional de Saúde e contará como suporte o sistema de informação da Regional de Saúde.
- B) Presidente do Consórcio, Superintendente Regional de Saúde e contará com o apoio técnico do Secretário Executivo do Consórcio.
- C) Superintendente Regional de Saúde e contará como suporte o sistema de informação do Consórcio.
- D) Secretaria de Saúde do Estado e como suporte o sistema de informação da Regional de Saúde.

QUESTÃO 17. Os Consórcios Públicos são disciplinados pela Lei Federal nº 11.107/2005, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.017/2007. No Ceará, o Decreto 33.413, de 20 de dezembro de 2019 define as condições para o ingresso do Estado do Ceará em Consórcio Público na área da saúde.

Marque a alternativa CORRETA sobre essas condições, de acordo com o referido Decreto.

A) O Estado do Ceará é ente consorciado dos Consórcios Públicos atuantes na área da saúde, integrantes da Administração Direta, e será representado pela Superintendência Regional de Saúde.

B) O Contratante é o Consórcio Público de Saúde representado pelo seu Presidente, o Prefeito, eleito entre seus pares. Os contratados serão as Unidades prestadoras da assistência, vinculadas à Secretaria da Saúde do Estado.

C) Os Contratados são o Estado do Ceará por intermédio das Secretarias Municipais de Saúde, representada pelos seus gestores e cada um dos municípios representados pelo Prefeito correspondente.

D) O Estado do Ceará é ente consorciado dos Consórcios Públicos atuantes na área de saúde, integrantes da Administração Indireta Estadual, vinculados à Secretaria da Saúde e aos entes municipais.

QUESTÃO 18. O Edital 27/2019 da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, em seu Anexo III, apresenta as atribuições da equipe gestora dos Consórcios Públicos de Saúde. De acordo com o referido Edital, são atribuições do Diretor Administrativo-Financeiro:

A) Auxiliar a Presidência do Consórcio nas atividades operacionais da Entidade; planejar, executar, controlar e fiscalizar o desenvolvimento das atividades consorciadas.

B) Preparar à Diretoria Executiva proposta de plano plurianual de investimentos e do orçamento anual do Consórcio; exercer a gestão patrimonial, em conjunto com a Diretoria Executiva.

C) Propor a estruturação de suas atividades, do quadro de pessoal, submetendo à apreciação da Assembléia Geral, através do Presidente do Consórcio; divulgar as deliberações da Assembléia Geral, preferencialmente em página eletrônica do Consórcio na Internet.

D) Monitorar os resultados firmados no Contrato de Programa; elaborar e apresentar Relatório Mensal de Produção ao Conselho Consultivo e Assembleia Geral.

QUESTÃO 19. Com base no Decreto nº 33.413 de 20 de dezembro de 2019, do Governo do Estado do Ceará, é CORRETO afirmar sobre os recursos de investimento do Consórcio Público de Saúde.

A) Os recursos de investimento serão alocados por meio de Projetos específicos, pactuados na Comissão Intergestores Regional (CIR) e aprovados pela Secretaria da Saúde.

B) Todas as medidas ou ações que onerem o investimento do Consórcio deverão ser aprovadas pelo Diretor Executivo do Consórcio e pela Secretaria da Saúde.

C) As despesas do Consórcio e de suas Unidades assistenciais com investimento não ultrapassarão 65% do total dos recursos financeiros destinados ao Consórcio.

D) Os recursos de investimento serão alocados por meio de Projetos específicos, pactuados na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e aprovados em Assembleia Geral.

QUESTÃO 20. Determinado cidadão solicitou à Diretoria Executiva de um Consórcio Público de Saúde informações sobre licitações realizadas e contratos administrativos em execução, os quais tem como objeto a prestação de serviços. Nos termos da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.257/2011), cabe à Diretoria Executiva:

A) fornecer todas as informações, vedadas exigências quanto ao motivo da solicitação.

B) recusar-se prestar as informações, alegando que os atos e contratos foram publicados no órgão oficial.

C) não fornecer as informações, pois são de caráter restrito aos agentes públicos e aos licitantes.

D) analisar as razões da solicitação para decidir, com fundamento na Lei, se disponibilizará as informações.

QUESTÃO 21. A Diretoria Executiva de um Consórcio Público de Saúde foi informada pelo Diretor Jurídico que nos termos da Lei das Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/1993) as compras, sempre que possível, deverão ser processadas através de sistema de registro de preços. Assim, de acordo com esse dispositivo legal, o registro de preços:

A) será realizado através de qualquer modalidade de licitação.

B) obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir.

C) submete-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.

D) terá validade de 12 meses, prorrogável por igual período, sucessivamente, até sessenta meses.

QUESTÃO 22. A Diretoria Executiva de um Consórcio Público de Saúde necessita realizar uma contratação direta com dispensa de licitação. Conforme a Lei de Licitações e Contratos Administrativos e suas alterações, é possível dispensar a licitação para contratação de:

A) serviço técnico, de natureza singular, com profissional de notória especialização ou notório saber

B) energia elétrica e gás natural, com concessionário, permissionário ou autorizado na forma da legislação específica

C) empresa ou representante comercial exclusivo, para compra de material, vedada a preferência de marca

D) profissional de qualquer setor artístico-cultural, diretamente ou através de empresário exclusivo.

QUESTÃO 23. Um Diretor Administrativo-Financeiro de um Consórcio Público de Saúde necessita realizar um processo licitatório. Em conformidade com a lei nº 8.666/93, quais as possíveis modalidades de licitação que ele poderá utilizar?

A) Concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão

B) Pregão, tomada de preço, concorrência, convite e concurso

C) Registro de preço, convite, concorrência, concurso e leilão

D) Concorrência, pregão, tomada de preço, leilão e registro de preços

QUESTÃO 24. As atribuições da equipe gestora dos Consórcios Públicos de Saúde são apresentadas no Quadro de Atividades, Anexo III do Edital 27/2019 da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. De acordo com o referido Edital,

são atribuições do Secretário Executivo do consórcio.

A) Assegurar o cumprimento das suas funções e finalidades junto ao Consórcio; exercer a gestão patrimonial, com emissão de relatórios à Presidência.

B) Assegurar o pleno e autônomo funcionamento das Comissões; identificar as necessidades orçamentárias e financeiras para a prestação da assistência no Consórcio.

C) Arquivar documentos e informações produzidos pelo Consórcio, providenciando a sua adequada guarda em arquivo; zelar pelo fiel cumprimento do Estatuto e Regimento Interno do Consórcio.

D) Publicizar atos normativos da área de recursos humanos, sobretudo da administração de pessoal; monitorar o sistema de referência e contra referência das unidades do Consórcio.

QUESTÃO 25. É consenso entre um grupo de gestores de Consórcios Públicos de Saúde que critérios bem definidos orientam a seleção e ponderação dos indicadores a serem utilizados no monitoramento e avaliação dos programas e projetos, sob sua responsabilidade. Neste sentido, identifique a alternativa com a descrição CORRETA sobre o critério de monitoramento e avaliação:

A) Eficácia significa que o que foi realizado das atividades dos programas e projetos, produziu os efeitos pretendidos.

B) Impacto significa que, além dos efeitos, houve consequências indiretas da ação realizada.

C) Efetividade significa realizar aquilo que foi pretendido, de acordo com a estratégia selecionada, com os custos estabelecidos ou menos.

D) Eficiência significa realizar aquilo que foi pretendido. O critério se refere aos resultados diretos da ação realizada.

QUESTÃO 26. Existem três tipos de planejamento aplicáveis de acordo com o nível organizacional da instituição. São eles o planejamento estratégico, o tático e o operacional. Qual tipo de planejamento a Diretoria Executiva de um Consórcio Público de Saúde está aplicando quando define objetivos e metas para a

organização, os planos financeiros, de recursos humanos e de produção?

A) Planejamento Estratégico

B) Planejamento Tático

C) Planejamento Operacional

D) Tático-operacional

QUESTÃO 27. O planejamento pode ser condensado em quatro passos básicos e adaptado a qualquer nível organizacional, como um Consórcio Público, por exemplo. Marque o item que apresenta a sequência CORRETA desses quatro passos:

A) Elaborar um plano de ação com o propósito de atingir o (os) objetivo (os); analisar os fatores internos e externos; estabelecer um objetivo ou um conjunto de objetivos; fazer uma análise situacional da organização em relação a seus objetivos.

B) Elaborar um plano de ação com o propósito de atingir o (os) objetivo (os); analisar os fatores internos e externos; fazer uma análise situacional da organização em relação a seus objetivos; estabelecer um objetivo ou um conjunto de objetivos.

C) Estabelecer um objetivo ou um conjunto de objetivos; elaborar um plano de ação com o propósito de atingir o (os) objetivo (os); fazer uma análise situacional da organização em relação a seus objetivos; analisar os fatores internos e externos

D) Estabelecer um objetivo ou um conjunto de objetivos; fazer uma análise situacional da organização em relação a seus objetivos; analisar os fatores internos e externos; elaborar um plano de ação com o propósito de atingir o (os) objetivo (os).

QUESTÃO 28. Dentre as atribuições do Secretário Executivo de um Consórcio Público de Saúde consta a elaboração dos Relatórios das Atividades e o Relatório de Gestão.

Sobre esses relatórios é CORRETO afirmar:

A) O Relatório das Atividades é o instrumento que sistematiza informações referentes ao planejamento em saúde. Deve ser realizado a cada trimestre e inserido no DigiSUS, no módulo Gestor .

B) O Relatório das Atividades é um instrumento que apresenta os resultados alcançados no mês e

orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários às programações seguintes

C) O Relatório de Gestão é a sistematização de informações anual que funciona como prestação de contas, uma vez que estabelece a correlação entre as metas, os resultados e a aplicação de recursos

D) O Relatório de Gestão expressa um conjunto de ações a realizar anualmente. É um plano de trabalho que indica os recursos necessários à sua execução e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários

QUESTÃO 29. A Lei nº 12.527/2011 conhecida também como Lei da Transparência dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, DF e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações. Marque a alternativa que apresenta CORRETAMENTE as diretrizes desta Lei.

A) Observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; descentralização; atendimento integral; utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.

B) Gestão participativa e cogestão; acolhimento; defesa dos direitos dos usuários e desenvolvimento do controle social da administração pública; observância da publicidade como preceito geral e do sigilo, como exceção;

C) Moralidade, impessoalidade, publicidade; divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.

D) Observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.

QUESTÃO 30. A Diretoria Executiva do Consórcio Público de Saúde, em obediência a legislação, deve publicar atos e contratos do

Consórcio, respondendo civil, administrativa e criminalmente pela omissão dessa providência.

Sobre a transparência da gestão fiscal, marque a opção que apresenta os documentos que devem ser amplamente divulgados, inclusive em meio eletrônico de acesso público.

A) Relatório de atividades; Relatório de Gestão; Plano de Ação; Diretrizes Orçamentárias e o Contrato de Programa.

B) Orçamento do consórcio; Contrato de rateio; as demonstrações contábeis e os demonstrativos fiscais.

C) Relatório de Gestão Fiscal; Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de atividades.

D) Orçamento do consórcio; Contrato de Programa; Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de atividades.

QUESTÃO 31. A execução das receitas e despesas do consórcio público deverá obedecer às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

De acordo com o que determina a Lei nº 11.107, de 2005, marque a alternativa CORRETA em relação ao controle interno dos consórcios públicos.

A) Está sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo, representante legal do consórcio.

B) Está sujeito à fiscalização e controle do patrimônio, da execução orçamentário-financeira e operacional pelo Sistema Nacional de Auditoria que apreciará as contas e supervisionará as Unidades prestadoras de serviço.

C) Está sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Conselho Estadual de Saúde competente para apreciar as contas da Diretoria Executiva, representante do Chefe do Poder Executivo, correspondente.

D) Está sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pela Controladoria Geral do Estado que apreciará as contas do Chefe do Poder Executivo, representante legal do consórcio.

QUESTÃO 32. A Diretoria Executiva de um Consórcio Público de Saúde está estruturando a governança interna do Consórcio para ser incluída no Estatuto e detalhada no Regimento da organização.

Com base no Decreto nº 33.413, de 20 de dezembro de 2019, qual a macro estrutura de governança do Consórcio Público:

- A) Diretoria Executiva; Área de Gerência; Área de Diretoria; Área de Apoio.
- B) Diretoria Executiva; Assessoria Técnica; Área Contábil; Área de Apoio.
- C) Área de Gerência; Secretaria Executiva; Diretoria Jurídica; Área Contábil.
- D) Área Contábil; Diretoria Executiva; Diretoria das Unidades; Assessoria Jurídica.

QUESTÃO 33. A evolução do perfil do profissional de Recursos Humanos (RH) passou da Fase Contábil, Fase Legal, Fase Tecnista, Fase administrativa e Fase Estratégica. A Diretoria Executiva de um Consórcio Público de Saúde pretende incorporar um profissional de RH com perfil da Fase Estratégica. Marque a alternativa que melhor caracteriza essa Fase.

- A) Introdução dos primeiros programas de planejamento estratégico e implementação dos movimentos sindicais;
- B) Implementação dos movimentos sindicais e avanços na qualidade das relações entre capital e trabalho;
- C) Introdução dos primeiros programas de planejamento estratégico e mudança de posição gerencial do cargo de gerente de recursos humanos do nível tático para o nível estratégico nas organizações;
- D) Mudança de posição gerencial do cargo de gerente de recursos humanos do nível tático para o nível estratégico nas organizações e Implementação dos movimentos sindicais;

QUESTÃO 34. A Diretoria Executiva de um Consórcio Público de Saúde decide adotar o Planejamento Estratégico como ferramenta para a gestão de processos.

Marque a alternativa que MELHOR caracteriza esse tipo de planejamento.

- A) Se concentra nos problemas mais comumente enfrentados pela própria organização e no conhecimento dos gestores.

B) Se insere nas táticas de conquista de apoio para os objetivos imediatos das organizações.

C) Permite decisões mais técnicas na implantação rápida de mudanças nas organizações com resultados financeiros garantidos.

D) É flexível na busca de resultados que afinem com os propósitos gerais da organização.

QUESTÃO 35. A Diretoria Executiva de um Consórcio Público de Saúde ciente da frequente limitação dos recursos para execução dos projetos da organização está comprometida em administrá-los com base em Gestão de Projetos. Marque a alternativa que apresenta os tipos de gerências necessárias para a gestão de projeto na área de recursos.

- A) Gerência Financeira, Gerência Política e Gerência de Recursos Humanos.
- B) Gerência de Custos, Gerência de Aquisições e Gerência de Recursos Humanos.
- C) Gerência Administrativa, Gerência Financeira e Gerência de Custos.
- D) Gerência Política, Gerência de Recursos humanos e Gerência de Aquisições.

QUESTÃO 36. A Gestão de Pessoas compõe o rol das funções da Diretoria Executiva dos Consórcios Públicos de Saúde. Assinale a opção CORRETA sobre os objetivos da Gestão de Pessoas.

- A) Convencer as pessoas a assumirem as funções que a empresa quer; contratar e demitir pessoas; atualizar processos de cargos e salários das pessoas; encaminhar pessoas para o INSS quando necessário; encaminhar para o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho.
- B) Propor palestras para desenvolver pessoas; contratar e demitir pessoas; monitorar pessoas e processo estimular as pessoas para que façam bem suas tarefas; promover a integração de novos funcionários; realocação de funcionários de difícil relacionamento com a equipe de trabalho.
- C) Ajudar a organização a alcançar seus objetivos e realizar sua missão; proporcionar competitividade da organização; proporcionar a organização dos empregados bem treinados e bem motivados; aumentar a autoatualização e a satisfação dos empregados no trabalho; desenvolver e manter qualidade de vida no

trabalho; administrar a mudança; manter políticas éticas e comportamento socialmente responsável.

D) Organizar os processos de agregar pessoas; contratar e demitir pessoas; administrar cargos e salários; realocar pessoas em postos de trabalho; monitorar pessoas para que cumpra as rotinas e regras da instituição.

QUESTÃO 37. A Diretoria Executiva de um Consórcio Público de Saúde planeja realizar o monitoramento das suas atividades.

Assinale a alternativa CORRETA sobre as características do monitoramento, como uma atividade de gestão:

A) externa que acontece no momento da implementação de um programa ou projeto.

B) interna ou externa que acontece durante a implementação de um programa ou projeto.

C) interna ou externa que acontece antes e depois da implementação de um programa ou projeto.

D) interna e contínua que acontece durante a implementação do programa ou projeto.

QUESTÃO 38. Com a intenção de modernizar os equipamentos de uma Unidade, a Diretoria Executiva de um Consórcio Público de Saúde, busca as condições legais de celebrar convênio com a União. Com base na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 as exigências legais de regularidade desse convênio aplicar-se-ão:

A) Ao próprio consórcio público envolvido e aos entes federativos nele consorciados.

B) Aos entes federativos consorciados, sem restrições, tendo em vista que não há pessoa jurídica distinta.

C) Ao próprio consórcio público envolvido, e não aos entes federativos nele consorciados.

D) À pessoa jurídica do Consórcio, e aos integrantes do Consórcio que não são pessoas jurídicas distintas.

QUESTÃO 39. Um Consórcio Público de Saúde necessita contratar atividades de Gestão de Processos para as Unidades de Saúde consorciadas. Qual modalidade de contratação deve ser preferencialmente adotada?

A) Contratação de serviços de consultorias, assessorias, auditorias e treinamentos específicos no assunto.

B) Contratação de serviços técnicos especializados conforme determinação da Lei de Licitações.

C) Contratação direta de serviços executivos propriamente ditos.

D) Contratação realizada por meio do Pregão, na forma eletrônica.

QUESTÃO 40. A Diretoria Executiva de um Consórcio Público de Saúde decidiu seguir os quatro macroprocessos do atual modelo de gestão orientado para resultados que o Estado do Ceará assumiu por meio do decreto Nº 32.216, de 8 de maio de 2017. Qual o item apresenta os quatro macroprocessos deste modelo de gestão?

A) I – Programação de Saúde; II – Orçamento-Programa; III – Indicadores; IV – Avaliação.

B) I – Planejamento; II – Orçamento-Programa; III – Indicadores; IV – Avaliação.

C) I – Planejamento; II – Orçamento; III – Monitoramento; IV – Avaliação.

D) I – Programação Setorial; II – Orçamento; III – Monitoramento; IV – Controle e Auditoria.

GABARITO PARA CONFERÊNCIA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40